

# **ACMSROC MEETINGS**

## **MARÇO DE 2019**

**José Soares Roriz**

**29/03/2019**

## **Meeting de março de 2019**

2

**A NOVA IES/DA**  
**Portaria n.º 31/2019, de 24.01.2019**

- A Portaria n.º 31/2019, de 24 de janeiro, entrou em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, aplicando-se à IES/DA referente aos períodos de 2019 e seguintes.
- O prazo de entrega da IES/DA referente a 2019 deve ser contado a partir de 1 de agosto de 2019, nos termos legalmente previstos, quando a data de fim do período de tributação ou a data de cessação de atividade seja igual ou anterior a 31 de julho.

- Relativamente ao período de tributação de 2019 todos os sujeitos passivos devem cumprir o disposto na Portaria n.º 31/2019, de 24 de janeiro.
- Por força disso, houve necessidade de estabelecer que os sujeitos passivos cujo termo do período de tributação venha a ocorrer até ao dia 31 de julho (inclusive) beneficiariam de um adiamento do início da contagem dos prazos para submissão da IES/DA e do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade, conforme ficou vertido no n.º 2 do artigo 15.º da referida portaria.

- O envio da IES por parte das entidades obrigadas ao cumprimento das obrigações legais previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, é feito **por transmissão eletrónica de dados** e nos prazos que legalmente se encontram definidos.
- **Previamente ao envio da IES**, nos casos especificamente previstos, é necessária a **submissão e validação do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade**, da qual dependerá o cumprimento das obrigações legais nela compreendidas.

# Declaração de submissão do SAF-T (PT) da contabilidade <sup>6</sup>



**AT**  
autoridade  
tributária e aduaneira

## DECLARAÇÃO

(Art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17/01)

## SUBMISSÃO DO FICHEIRO SAF-T (PT) RELATIVO À CONTABILIDADE



**IRS - IRC**

**01**

### PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO E ANO

Período de Tributação

De 

1				
---	--	--	--	--

Ano	Mês	Dia
-----	-----	-----

 a 

--	--	--	--	--

Ano	Mês	Dia
-----	-----	-----

Ano  

2				
---	--	--	--	--

**02**

### IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO E DO CONTABILISTA CERTIFICADO

NIF do Sujeito Passivo

1									
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

NIF do Contabilista Certificado

2									
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**07**

### SUBMISSÃO DO FICHEIRO SAF-T (PT) RELATIVO À CONTABILIDADE

Upload de ficheiro

1
---

## Prazo de submissão do SAF-T (PT) da contabilidade

7

- Até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitam os dados contabilísticos, tratando-se de sujeitos passivos de IRS com contabilidade organizada;
- Até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitam os dados contabilísticos, tratando-se de entidades que, nos termos definidos no CSC, estejam obrigadas à aprovação das contas do exercício até 31 de março;
- Até ao 15.º dia do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam os dados contabilísticos, tratando-se de entidades que, nos termos definidos no CSC, estejam obrigadas à aprovação das contas do exercício até 31 de maio (contas consolidadas);

## Prazo de submissão do SAF-T (PT) da contabilidade

8

- Até ao fim do 4.º mês posterior à data do termo do período de tributação, tratando-se de sujeitos passivos de IRC, que nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 8.º do CIRC, adotem um período de tributação não coincidente com o ano civil;
- Até ao 60.º dia anterior àquele que constitui o termo do prazo para a submissão da declaração relativa ao período de cessação, aplicando-se igualmente aquele prazo para o envio do ficheiro relativo ao período de tributação imediatamente anterior.



## Submissão de ficheiros SAF-T (PT) da contabilidade

9

- Em relação à cessação de atividade, considerando a redação do n.º 3 do artigo 120.º do CIRC conferida pela Lei n.º 71/2018, de 31/12 (Lei do OE 2019), a IES/DA deve ser entregue até ao último dia do 3.º mês seguinte ao da data da cessação, pelo que se a cessação ocorrer até 31/07/2018, o primeiro mês seguinte é o mês de agosto terminando o prazo de submissão no final do mês de outubro.
- Quanto à submissão do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade, a alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 31/2019 estabelece como prazo limite o 60.º dia anterior ao termo do prazo para submissão da IES de cessação, pelo que considerando o dia 31/10/2019 como termo do prazo de submissão da IES/DA, o último dia de submissão do ficheiro será o dia 01/09/2019.

# Submissão de ficheiros SAF-T (PT) da contabilidade

10

<b>Exemplo - cessação</b>	
Cessação ocorrida até 31/07/2019, o prazo para entrega da IES ( <u>até ao último dia do terceiro mês seguinte ao da data de cessação</u> ). O prazo de submissão inicia-se em 2019/08/01	Prazo Legal
<b>IES</b>	
Início do prazo para entrega da IES (art.º 15.º n.º 2 da portaria 31/2019 de 24 Janeiro)	01-08-2019
Fim do prazo	31-10-2019
<b>Ficheiro SAF-T da contabilidade</b>	
Início do prazo para submissão do ficheiro da contabilidade (art.º 3.º e) + art.º 15.º n.º 2 da portaria 31/2019, de 24 Jan)	01-08-2019
Fim do prazo - até ao 60.º dia anterior àquele que constitui o termo do prazo para a submissão da IES de cessação	01-09-2019

- O ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade é rejeitado sempre que não sejam respeitados os critérios de validação definidos pela AT.
- Na ausência de submissão do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade, ou da sua validação central, não será possível proceder ao envio da IES/DA, se a declaração incluir os Anexos A ou I.
- A submissão do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade deve ser efetuada, obrigatoriamente, por contabilista certificado, mediante prévia identificação e autenticação no portal das finanças.

- A todo o momento é possível, sem instauração de processo de contraordenação, a substituição integral de ficheiros anteriormente validados ou rejeitados desde que estejam a decorrer os prazos.
- Nestas situações, quando um ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade, previamente validado e associado à submissão de uma IES/DA, for substituído e validado deve ser entregue uma IES/DA de substituição até à data limite da entrega da IES/DA.

- Findos os prazos, a não entrega ou a substituição fora de prazo de ficheiros SAF-T (PT) relativos à contabilidade determina a instauração de processo de contraordenação.
- Nestas situações, quando um ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade, previamente validado e associado à submissão de uma IES/DA, for substituído e validado, sem prejuízo da penalidade que ao caso couber, deve ser entregue uma IES/DA de substituição no prazo de 15 dias após a submissão do ficheiro SAF-T (PT) de substituição.

- Findo o prazo a que referem os dois diapositivos anteriores, sem que ocorra a submissão da IES/DA de substituição, o ficheiro SAF-T (PT) de substituição é rejeitado, mantendo-se válida a declaração que se encontra vigente para o mesmo período.

- O pré -preenchimento da IES/DA, no que se refere aos campos da Folha de Rosto e quadros e campos dos Anexos A e I, é efetuado com os dados extraídos do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade.
- Os campos da declaração que tiverem sido pré-preenchidos nos termos do ponto anterior não são editáveis, podendo ser corrigidos mediante nova submissão do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade nos termos definidos nos n.ºs 5 e 6 do artigo anterior.

- **O envio da IES** deve ser efetuado mediante prévia autenticação no portal das finanças e de acordo com os seguintes procedimentos:
  - a) Aceder ao portal das finanças, na área reservada para o efeito, depois de ter ocorrido a prévia validação do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade nos termos definidos no artigo 3.º ou abrir e enviar o ficheiro previamente formatado com as características a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º;
  - b) **Preencher os campos e Anexos que integram a declaração que não tiverem sido pré-preenchidos;**
  - c) Validar a informação e corrigir os erros detetados;
  - d) Submeter a declaração;



- e) Consultar, a partir do 2.º dia útil seguinte ao da submissão, a situação definitiva da IES e corrigir eventuais erros centrais;
  - f) Efetuar o pagamento do registo da prestação de contas, no prazo de cinco dias úteis após a geração eletrónica da referência para pagamento.
- 
- A IES considera-se apresentada na data em que for submetida, sem prejuízo da possibilidade de correção de eventuais erros no prazo de 30 dias.
  - Findo o prazo referido no número anterior sem que se mostrem corrigidos os erros detetados, a declaração é considerada sem efeito.

- A folha de rosto e os modelos relativos aos anexos do modelo declarativo da IES/DA foram aprovados pela Portaria n.º 35/2019, de 28.01.2019.
- Os impressos aprovados devem ser utilizados para a entrega das declarações relativas ao período de 2019 e posteriores.
- Mantém-se os impressos anteriormente aprovados para a entrega das declarações relativas ao período de 2018 e anteriores.

## **Meeting de março de 2019**

19

**REGULAMENTO DAS FATURAS**  
**Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15.02.2019**

- Procede à regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA.
- O diploma consolida e atualiza legislação dispersa relativa ao processamento e arquivo de faturas e de outros documentos fiscalmente relevantes, introduzindo alterações aos Códigos do IVA, do IRS, do IRC, ao Regime de Bens em Circulação, ao Regime que regula a transmissão eletrónica dos elementos das faturas e outros documentos com relevância fiscal.

- Cria as condições para a “fatura sem papel», prevendo a possibilidade de dispensa de impressão de faturas.
- Cria as condições para a desmaterialização de documentos, incentivando a adoção de um sistema de faturação eletrónica e de arquivo eletrónico de documentos.
- Prevê mecanismos que permitem reforçar o controlo das operações realizadas pelos sujeitos passivos, através da identificação dos programas de faturação comercializados, dos estabelecimentos onde estão instalados terminais de faturação e da obrigação de as faturas emitidas passarem a conter um código único de documento.

- A aplicação do novo quadro normativo depende da regulamentação de algumas das suas matérias através de portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, cuja publicação se aguarda, nomeadamente:
  - Certificação de programas de faturação;
  - Definição de um código de barras bidimensional (código QR) e um código único de documento;
  - Dispensa da impressão de faturas em papel;
  - Incentivo não fiscal;
  - Aplicações de faturação disponibilizadas pela AT.

# Medidas principais

23

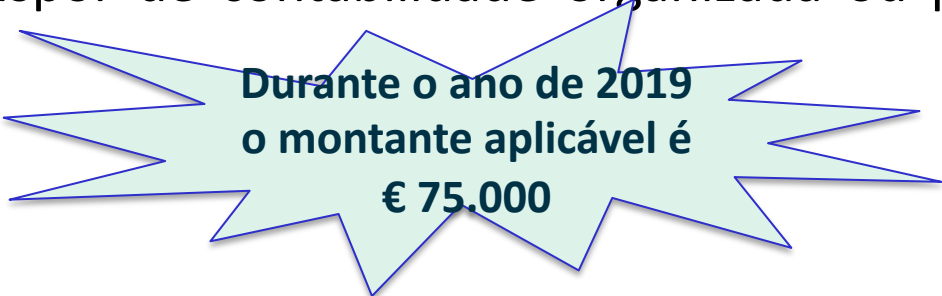


- As faturas e demais documentos fiscalmente relevantes devem ser processados por uma das seguintes formas:
  - a) Programas informáticos de faturação, incluindo aplicações de faturação disponibilizadas pela AT;
  - b) Outros meios eletrónicos, nomeadamente máquinas registadoras, terminais eletrónicos ou balanças eletrónicas;
  - c) Documentos pré-impessos em tipografia autorizada.
- Consideram-se “documentos fiscalmente relevantes” os documentos de transporte, recibos e quaisquer outros documentos emitidos, independentemente da sua designação, que sejam suscetíveis de apresentação ao cliente que possibilitem a conferência de mercadorias ou de prestação de serviços.



## Utilização exclusiva de programas informáticos (artigo 4.º) <sup>25</sup>


- Os sujeitos passivos com sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional e outros sujeitos passivos cuja obrigação de emissão de fatura se encontre sujeita às regras estabelecidas no artigo 35.º-A do CIVA, estão obrigados a utilizar, exclusivamente, programas informáticos que tenham sido objeto de prévia certificação pela AT, sempre que:
  - Tenham tido, no ano civil anterior, um volume de negócios superior a € 50 000 (no ano de início de atividade é o valor anualizado);
  - Utilizem programas informáticos de faturação;
  - Sejam obrigados a dispor de contabilidade organizada ou por ela tenham optado



**Durante o ano de 2019  
o montante aplicável é  
€ 75.000**

## Utilização exclusiva de programas informáticos (artigo 4.º) <sup>26</sup>

- Nos termos do n.º 2 deste artigo 4.º, os requisitos dos programas de faturação, bem como o procedimento de certificação, são definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.



**Ver Despacho n.º  
85/2019.XXI, do SEAF,  
de 01.03.2019**

## Utilização exclusiva de programas informáticos (artigo 4.º) <sup>27</sup>

### Despacho n.º 85/2019.XXI, do SEAF, de 01.03.2019

- A obrigação de utilização exclusiva de programas previamente certificados pela AT, prevista no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, para os sujeitos passivos que não estavam obrigados a tal nos termos da Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho pode ser cumprida sem penalidades até ao dia 1 de julho de 2019.

## Utilização exclusiva de programas informáticos (artigo 4.º) <sup>28</sup>

- Em caso de inoperacionalidade do programa de faturação, os sujeitos passivos referidos no n.º 1 devem emitir faturas ou documentos fiscalmente relevantes pré-impessos em tipografias autorizadas, os quais devem posteriormente ser recuperados para o programa (n.º 4 do artigo 4.º).
- Os outros meios eletrónicos previstos no artigo anterior só podem ser utilizados para a emissão de faturas previstas no artigo 40.º do CIVA (n.º 5 do artigo 4.º).

## Utilização exclusiva de programas informáticos (artigo 4.º) <sup>29</sup>

- Excluem-se da obrigatoriedade de ser emitidos por programa de faturação certificado, quando pré-impessos em tipografias autorizadas ou emitidos por meios eletrónicos sem capacidade de registo da operação em base de dados e sem capacidade de comunicação com base de dados exterior, os bilhetes de transporte, ingressos ou outros documentos ao portador comprovativos do pagamento de prestações de serviços de estacionamento, de portagens, entradas em espetáculos, bibliotecas, arquivos, museus, galerias de arte, castelos, palácios, monumentos, parques, perímetros florestais, jardins botânicos, zoológicos e serviços prestados por sujeitos passivos que exerçam a atividade económica de diversão itinerante bem como das transmissões de bens efetuadas através de aparelhos de distribuição automática (n.º 6 do artigo 4.º).

- As faturas e demais documentos fiscalmente relevantes são emitidos pelos próprios sujeitos passivos, podendo ser elaborados pelos adquirentes dos bens ou serviços ou por um terceiro, em nome e por conta do sujeito passivo.

## Requisitos do processamento (artigo 7.º)

31

- Nas faturas processadas através de programas informáticos ou de outros meios eletrónicos, devem ser inseridos pelo respetivo programa ou equipamento todas as menções obrigatórias nos termos do CIVA (n.º 1 do artigo 7.º).
- Nos documentos que possibilitem a conferência de mercadorias ou de prestação de serviços processados através de programas informáticos ou de outros meios eletrónicos, independentemente do suporte em que sejam apresentados ao cliente, devem ser inseridos pelo respetivo programa ou equipamento os seguintes elementos (n.º 3 do artigo 7.º):

## Requisitos do processamento (artigo 7.º)

32


- a) Número sequencial do documento;
- b) Data e hora de emissão;
- c) Denominação social e número de identificação fiscal do fornecedor dos bens ou prestador de serviços;
- d) Denominação usual e quantidades dos bens transmitidos ou dos serviços prestados;
- e) O preço líquido de imposto e o montante de imposto devido, ou o preço com a inclusão do imposto;
- f) A indicação expressa de que não constituem fatura.



## Requisitos do processamento (artigo 7.º)

33

- Nas faturas e demais documentos fiscalmente relevantes deve constar um **código de barras bidimensional (código QR) e um código único de documento**, nos termos a definir por portaria (n.º 3 do artigo 7.º).



**Aplicável a partir  
de 01/01/2020**

### QR CODE e AT-CUD



- ✓ Permitir a Comunicação de documentos sem NIF
- ✓ Facilitar a comunicação de documentos por parte dos consumidores finais
- ✓ Mitigar eventuais erros na comunicação

## Requisitos do processamento (artigo 7.º)

35

- As faturas e os documentos fiscalmente relevantes, identificados através das respetivas designações, são emitidos em uma ou mais séries, convenientemente referenciadas, de acordo com as necessidades comerciais, devendo ser datados e numerados de forma progressiva e contínua, dentro de cada série, por um período não inferior a um ano fiscal (n.º 4 do artigo 7.º).
- Ver artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 28/2019, sobre a obrigatoriedade de comunicação das séries documentais em utilização.

## Dispensa de impressão de faturas (artigo 8.º)

36

- Os sujeitos passivos estão dispensados da impressão das faturas em papel ou da sua transmissão por via eletrónica para o adquirente ou destinatário não sujeito passivo, exceto se este o solicitar, quando se verificarem cumulativamente as seguintes condições (n.º 1):
  - a) As faturas contenham o NIF do adquirente;
  - b) As faturas sejam processadas através de programa informático certificado; e
  - c) Os sujeitos passivos optem pela transmissão eletrónica dos elementos das faturas referidos no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, na redação introduzida pelo presente decreto-lei, à AT em tempo real.


## **Emissão de recibos para efeitos de IRS (artigo 9.º)**

37

- O disposto no presente decreto-lei não prejudica a obrigação de emissão de recibo, nos termos do Código do IRS, por parte dos titulares de rendimentos da categoria B.

## Emissão de documentos por entidades isentas (artigo 10.º)

38



Aplicável a partir  
de 01/01/2020

- Os sujeitos passivos de IRC que não emitam fatura por se encontrarem dispensados nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 29.º do CIVA devem, para titular as transmissões de bens e prestações de serviços, **emitir documentos**, datados e numerados sequencialmente, que contenham os elementos indicados no diapositivo seguinte (n.º 1):

## **Emissão de documentos por entidades isentas (artigo 10.º)**

39

- a) Nome ou denominação social e NIF do fornecedor dos bens ou prestador dos serviços;
- b) NIF do adquirente ou destinatário, quando este for sujeito passivo de IVA ou, em qualquer caso, quando o adquirente ou destinatário o solicite;
- c) Quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados;
- d) Valor da contraprestação, designadamente o preço;
- e) Data em que os bens foram transmitidos ou em que os serviços foram prestados.

# Requisitos gerais dos programas informáticos de faturação e contabilidade (artigo 11.º)

40

- Os produtores e instaladores de programas informáticos destinados a processar faturas, outros documentos fiscalmente relevantes ou registos contabilísticos, bem como os sujeitos passivos que os utilizem, devem assegurar que os respetivos programas respeitam a integridade operacional, a integridade dos dados de suporte aos programas de faturação e contabilidade e a disponibilidade da documentação técnica relevante (n.º 1).
- Os sujeitos passivos produtores ou utilizadores de programas devem garantir a disponibilidade, acessibilidade e legibilidade pela AT de documentação técnica relevante para a aferição da integridade operacional dos programas informáticos que produzem ou utilizam, documentando concretamente (n.º 3).



**Ver Despacho n.º  
85/2019.XXI, do  
SEAF, de 01.03.2019**



# Requisitos gerais dos programas informáticos de faturação e contabilidade (artigo 11.º)

41

## Despacho n.º 85/2019.XXI, do SEAF, de 01.03.2019

- A obrigação de assegurar os requisitos gerais dos programas informáticos de faturação e contabilidade prevista no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, na parte que diz respeito à integridade operacional, à integridade dos dados de suporte e à disponibilidade da documentação técnica relevante de programas de faturação e contabilidade que a tal não estivessem já obrigados por força da redação do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de junho, pode ser cumprida sem penalidades até ao dia 1 de julho de 2019.

## Requisitos gerais dos programas informáticos de faturação e contabilidade (artigo 11.º)

42

- Os sistemas informáticos de faturação ou contabilidade devem ter a possibilidade de exportar o ficheiro de auditoria tributária previsto no n.º 8 do artigo 123.º do CIRC (n.º 5).
- Os sujeitos passivos utilizadores de programas informáticos que processem faturas, outros documentos fiscalmente relevantes ou registos contabilísticos devem garantir a existência de cópias de segurança dos dados (n.º 6).

## Conservação de livros, registos e documentos de suporte (artigo 19.º)

43

- Os sujeitos passivos são obrigados a arquivar e conservar em boa ordem todos os livros, registos e respetivos documentos de suporte por um prazo de 10 anos, se outro prazo não resultar de disposição especial, sem prejuízo do disposto no número seguinte (n.º 1).
- Sempre que os sujeitos passivos exerçam direito cujo prazo é superior ao referido no número anterior, a obrigação de arquivo e conservação de todos os livros, registos e respetivos documentos de suporte mantém-se até ao termo do prazo de caducidade relativo à liquidação dos impostos correspondentes (n.º 2).

## Formato e localização do arquivo (artigo 20.º)

44

- Os sujeitos passivos devem indicar, na declaração de início de atividade referida no artigo 31.º do CIVA ou, quando for o caso, na declaração a que se refere o artigo 32.º do mesmo Código, o estabelecimento ou instalação em que seja feita a centralização do arquivo mencionada na alínea a) do n.º 1 e no n.º 3, bem como a localização do arquivo em suporte eletrónico (n.º 5).



**A cumprir através  
de DA**



**Ver Despacho n.º  
85/2019.XXI, do  
SEAF, de 01.03.2019**

### Despacho n.º 85/2019.XXI, do SEAF, de 01.03.2019

- A comunicação prevista no n.º 5 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, deve apenas ser efetuada após a publicação da portaria que altere os modelos das declarações de início e de alterações a que se referem os artigos 31.º e 32.º do Código do IVA, iniciando-se nessa data a contagem do prazo previsto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro

- Os documentos referidos no artigo anterior que se apresentem em formato papel podem ser digitalizados e arquivados em formato eletrónico (n.º 1).
- As operações de digitalização e arquivo eletrónico devem ser executadas com o rigor técnico necessário à obtenção e reprodução de imagens perfeitas, legíveis e inteligíveis dos documentos originais, sem perda de resolução e informação, de forma a garantir a sua consulta e reprodução em papel ou outro suporte eletrónico (n.º 2).

## Conservação do arquivo e cópias de segurança (artigo 27.º)

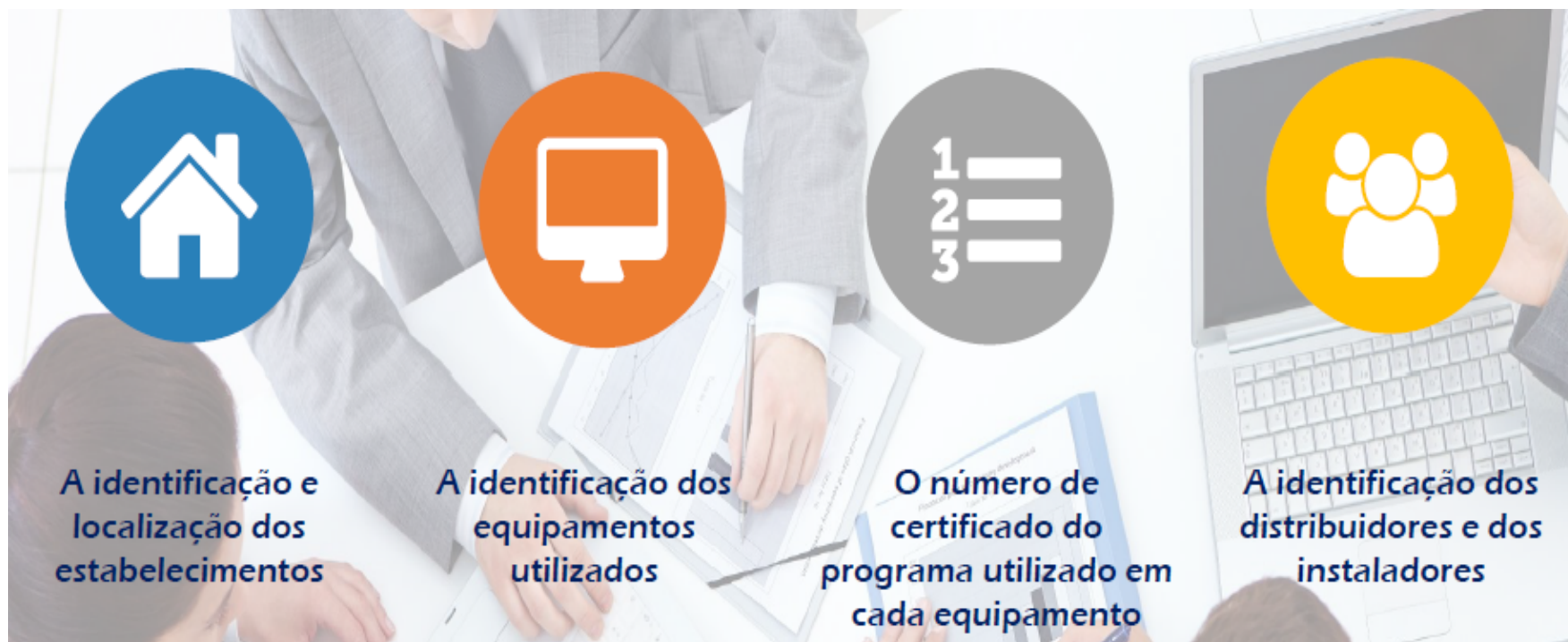
47

- Os sujeitos passivos são obrigados a possuir cópias de segurança dos suportes eletrónicos (n.º 1).
- Os originais e as cópias de segurança devem ser armazenados em locais distintos e em condições de conservação e segurança necessárias a garantir a impossibilidade de perda dos arquivos (n.º 2).

- A AT pode comprovar nas instalações dos sujeitos passivos, bem como nas instalações de outras entidades que prestem serviços de contabilidade, faturação ou de receção, registo e arquivamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, a conformidade do sistema utilizado com os requisitos legalmente exigidos, nos termos estabelecidos no RCPITA (n.º 1).



Os sujeitos passivos devem comunicar à AT por via eletrónica, no Portal da Finanças (n.º 1):




- No decurso de 2019 estas comunicações devem ser efetuadas:
  - a) Até 30/06/2019 pelos sujeitos passivos de IVA que já exerçam a atividade à data da entrada em vigor do presente decreto-lei ou que a tenham iniciado até 31/05/2019;
  - b) Nos 30 dias posteriores ao início de atividade ou à ocorrência das alterações nos restantes casos.
- Sempre que se verifiquem alterações de qualquer dos elementos constantes da comunicação referida no número anterior, os sujeitos passivos devem entregar nova comunicação, no Portal das Finanças, previamente à emissão de faturas ou demais documentos fiscalmente relevantes (n.º 2).

# Comunicação das séries documentais em utilização

(artigo 35.º)

51

- Os sujeitos passivos devem comunicar por via eletrónica à AT, antes da sua utilização, a identificação das séries utilizadas na emissão de faturas e demais documentos fiscalmente relevantes por cada estabelecimento e meio de processamento utilizado (n.º 1).
- Por cada série documental comunicada nos termos do número anterior, a AT atribui um código, que deve integrar o código único de documento (n.º 2).



**Aplicável a partir  
de 01/01/2020**

# Comunicação das séries documentais em utilização (artigo 35.º)

52




# Comunicação das séries documentais em utilização (artigo 35.º)

53



- As pessoas coletivas de direito público, organismos sem finalidade lucrativa e IPSS apenas estão dispensadas da obrigação de emissão de fatura desde que pratiquem exclusivamente operações isentas de imposto e tenham obtido para efeitos de IRC, no período de tributação imediatamente anterior, um montante anual ilíquido de rendimentos não superior a € 200 000 (alínea a) do n.º 3 do artigo 29.º).



**Aplicável a partir  
de 01/01/2020**

- A dispensa de emissão de fatura que existia para os sujeitos passivos que praticavam exclusivamente operações isentas sem direito a dedução (as previstas no artigo 9.º do CIVA) termina em 31/12/2019, com as exceções indicadas no diapositivo anterior para as pessoas coletivas de direito público, organismos sem finalidade lucrativa e IPSS apenas

- Estão dispensados de entregar a declaração periódica e os anexos L, M e N da IES/DA e de dispor de contabilidade os sujeitos passivos que pratiquem exclusivamente operações isentas de imposto, exceto quando estas operações conferem direito à dedução nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º (alínea c) do n.º 3 do artigo 29.º).
- Estão dispensados de entregar os mapas recapitulativos de clientes (anexo O) os sujeitos passivos com sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional (alínea d) do n.º 3 do artigo 29.º

**Nota:** Já se aplica aos mapas referentes a 2018



- Ficam dispensados de apresentar os anexos L, M e N da IES/DA e os mapas recapitulativos de clientes e fornecedores (anexos O e P) a que se referem as alíneas d), e) e f) do n.º 1, os sujeitos passivos que reúnam qualquer das seguintes condições (n.º 16 do artigo 29.º):
  - a) Não possuam nem sejam obrigados a possuir contabilidade organizada para efeitos de IRS;
  - b) A que seja aplicável o regime de normalização contabilística para microentidades;
  - c) Exerçam a atividade económica de diversão itinerante.

- A alínea a) do n.º 5 do artigo 36.º do CIVA (que estabelece que as faturas devem ser datadas, numeradas sequencialmente e conter determinados elementos) passa a ter a seguinte redação:
  - a) Os nomes, firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente sujeito passivo do imposto, bem como os correspondentes números de identificação fiscal;

- Nas prestações de serviços de transporte, de estacionamento, portagens, entradas em espetáculos, bibliotecas, arquivos, museus, galerias de arte, castelos, palácios, monumentos, parques, perímetros florestais, jardins botânicos, zoológicos e serviços prestados por sujeitos passivos que exerçam a atividade económica de diversão itinerante,
  - a obrigação de emissão de fatura pode ser cumprida mediante a emissão de um bilhete de transporte, ingresso ou documento comprovativo do pagamento.

1. A emissão de fatura pelas transmissões de bens e prestações de serviços efetuadas no território nacional está sujeita às regras estabelecidas no presente Código.
2. A emissão de fatura fica ainda sujeita às regras previstas no presente Código quando o sujeito passivo tenha no território nacional a sua sede, estabelecimento estável ou, na sua falta, o domicílio a partir do qual a transmissão de bens ou prestação de serviços é efetuada e, de acordo com as regras de localização:
  - a) A operação se considere localizada noutro EM e a obrigação de liquidação do imposto recair sobre o sujeito passivo a quem os bens foram transmitidos ou os serviços prestados;
  - b) A operação não se considere efetuada na União Europeia.

3. Não obstante o disposto no n.º 1, a emissão de fatura por sujeito passivo que não possua no território nacional a sua sede, estabelecimento estável ou, na sua falta, o domicílio a partir do qual a transmissão de bens ou prestação de serviços é efetuada, não está sujeita às regras estabelecidas no presente Código quando a obrigação de liquidação do imposto recai sobre o sujeito passivo adquirente dos bens ou destinatário dos serviços.
4. As regras previstas no presente Código são ainda aplicáveis à fatura elaborada pelo sujeito passivo adquirente dos bens ou destinatário dos serviços que tenha sede, estabelecimento estável ou, na sua falta, o domicílio em território nacional, quando as operações aqui se considerem efetuadas e a obrigação de liquidação do imposto recair sobre ele.

## Aditamento do artigo 35.º-A do CIVA

62

### Transmissões de bens e prestações de serviços

Local do estabelecimento do sujeito passivo	Localização das operações	<i>Reverse charge</i>	Autofaturação	Regras nacionais (Código do IVA)
Território nacional	Território nacional	–	–	Sim
	Outro Estado membro	Sim	Não	Sim
		Sim	Sim	Não
	Território ou país terceiro <sup>10</sup>	–	–	Sim
Outro Estado membro	Território nacional	Sim	Não	Não
		Sim	Sim	Sim
Território ou país terceiro	Território nacional	Sim	Não	Não
		Sim	Sim	Sim

## Aditamento do artigo 35.º-A do CIVA

63

5. Não obstante o disposto no n.º 1, a emissão de fatura pelas operações efetuadas por sujeitos passivos que utilizem Portugal como Estado membro de identificação para efeitos do regime especial aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2014, de 24 de outubro, está sujeita às regras estabelecidas no presente Código.

Prestações de serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica efetuadas por sujeitos passivos que optem pelo registo no regime especial aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2014, de 24 de outubro

Estado membro de identificação	Regras nacionais (Código do IVA)
Território nacional	Sim
Outro Estado membro	Não

## **Alterações ao artigo 78.º-B do CIRS**

### **(Despesas gerais e familiares)**

64

### **O n.º 3 deste artigo passa a ter a seguinte redação:**

3. Os adquirentes que pretendam beneficiar da dedução à coleta devem exigir ao emitente a inclusão do seu número de identificação fiscal nas faturas, sem prejuízo da possibilidade de comunicarem as faturas sem número de identificação fiscal à Autoridade Tributária e Aduaneira, utilizando o respetivo código de barras bidimensional (código QR) ou o código único de documento.




## Alterações ao artigo 118.º do CIRS (Faturação e arquivo)

65


### Passa a ter a seguinte redação:

1. Sem prejuízo das obrigações previstas no presente Código, os sujeitos passivos titulares de rendimentos da categoria B estão sujeitos às obrigações de faturação, de emissão de recibo e de arquivo nos termos previstos no Código do IVA e no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro.
- 2 — *(Revogado)*.




**Aplicável a partir  
de 01/01/2020**

- São alterados os artigos 4.º, 5.º e 6.º e revogados os artigos 8.º a 11.º do RBC.
- A matéria constante dos artigos revogados consta agora dos artigos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro.



Aplicável a partir  
de 01/01/2020

- De entre as alterações introduzidas, de salientar aquela que prevê que os documentos de transporte, quando o destinatário ou os bens a entregar em cada local de destino não sejam conhecidos na altura da saída dos locais referidos no n.º 2 do artigo 2.º, são processados globalmente, podendo ser emitidos eletronicamente (antes tinham de ser obrigatoriamente impressos em papel).



Aplicável a partir  
de 01/01/2020

- Deixa de ser possível o processamento de documentos de transporte através de software produzido internamente pela empresa ou por empresa integrada no mesmo grupo económico, de cujos respetivos direitos de autor seja detentor.
- O prazo de arquivo dos documentos de transporte, que decorria até ao final do 2.º ano seguinte ao da emissão (salvo estando em causa faturas), passa a decorrer até ao final do 4.º ano seguinte.

## Comunicação dos elementos das faturas

69

- A comunicação das faturas e outros documentos passa, a partir de 2020, a ter de ser efetuada até ao dia 10 do mês seguinte ao da emissão da fatura.
- Para o ano de 2019, o prazo de comunicação dos elementos das faturas passa a ser efetuado até dia 15 do mês seguinte da data de emissão das faturas.  
Este novo prazo do dia 15 apenas é aplicável às faturas emitidas a partir de fevereiro de 2019 (que deverão ser comunicadas até ao dia 15/03/2019).  
Para as faturas emitidas em janeiro de 2019, foi mantido o prazo até ao dia 20 de fevereiro.

## Comunicação dos elementos das faturas

70

- Além dos demais elementos que já tinham de ser comunicados, passam a sê-lo igualmente:

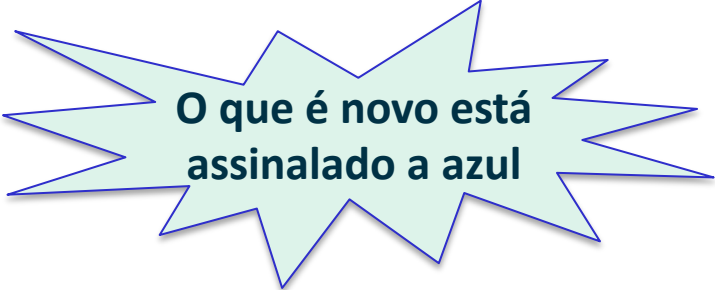
*j) Montante do IVA ou Imposto do Selo liquidado;*

*...*


*n) Identificação do documento retificado;*

*o) Identificação do país ou região do imposto;*

*p) Código único de documento.*



O que é novo está  
assinalado a azul



Aplicável a partir  
de 01/01/2020

1. As pessoas, singulares ou coletivas, que tenham sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal em território nacional, que disponham de contabilidade organizada e estejam obrigadas à elaboração de inventário, devem comunicar à AT, até ao dia 31 de janeiro, por transmissão eletrónica de dados, o inventário valorizado respeitante ao último dia do exercício anterior, através de ficheiro com características e estrutura a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças.
2. ....
3. Ficam dispensadas da obrigação de comunicação a que se refere o n.º 1 as pessoas aí previstas a que seja aplicável o regime simplificado de tributação em sede de IRS ou IRC.

**MUITO OBRIGADO  
PELA VOSSA ATENÇÃO**

**José Soares Roriz**